



**PROJETO DE LEI Nº 33A/2023,
DE 22 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a realização de rodeios no município de Santa Rita do Sapucaí/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. A realização de rodeios de animais e provas equestres no município de Santa Rita do Sapucaí/MG obedecerá às normas gerais contidas nesta lei, sem prejuízo das legislações federal e estadual.

§ 1º. Consideram-se rodeios de animais e provas equestres as atividades de montaria ou de cronometragem, nas quais é avaliada a habilidade do atleta em dominar o animal com perícia, além do desempenho do próprio animal, tais como:

- I – montarias;
- II – prova de três tambores, *Team Penning* e *Work Penning*;
- III – cavalgada;
- IV – hipismo;
- V – provas de rédea;
- VI – rodeio cutiano;
- VII – rodeio em touros.

§ 2º. Ficam autorizados no município de Santa Rita do Sapucaí/MG, independentemente de concessão, autorização, permissão, anuência, concordância, homologação, aprovação ou licença prévia a exposição, comercialização e o leilão de bovinos e equinos, bem como desfiles de cavaleiros, desfiles de bovinos e carros de boi e rodeios e eventos equiparados, observando-se os cuidados com os animais previstos nesta lei.

Art. 2º. Fica expressamente autorizada a realização de qualquer tipo de prova autorizada em lei federal.

Art. 3º. Para o ingresso dos animais nos locais em que são realizados os rodeios serão exigidos:

- I - a apresentação das GTA (guias de trânsito animal);
- II - em relação aos bovinos e bubalinos, os competentes atestados de vacinação contra a febre aftosa e brucelose;
- III - em relação aos equídeos, os certificados de inspeção sanitária e controle de anemia infecciosa equina, exame negativo de mormo e vacinação contra influenza equina.

§ 1º. Não serão admitidos nos rodeios animais que apresentem qualquer tipo de doença, deficiência física ou ferimento que os impossibilitem de participarem das montarias ou demonstrações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



§ 2º. Deverá haver médico veterinário responsável por avaliar os animais envolvidos no rodeio, além de vistoriar toda a documentação apresentada, sendo deste a responsabilidade de efetivar a comunicação às autoridades públicas e à entidade promotora do evento, no caso de haver qualquer tipo de irregularidade.

Art. 4º. Caberá à entidade promotora do rodeio, às suas expensas, prover:

I – a fiscalização relativa ao transporte dos animais quando de sua chegada ao local do evento, que deverá ser realizado em caminhões próprios para essa finalidade, que lhes ofereçam conforto, não se permitindo superlotação;

II – a fiscalização no sentido de que a chegada dos animais seja realizada com antecedência no município, conforme orientação do médico veterinário, devendo os animais ser colocados em áreas de descanso convenientemente preparadas;

III – os embarcadouros de recebimento dos animais, que deverão ser construídos com largura e altura adequadas, evitando-se colisões e ferimentos;

IV – a infraestrutura completa para atendimento médico, com ambulância de plantão e equipe de primeiros socorros, com presença obrigatória de médico clínico-geral;

V – médico veterinário habilitado, responsável pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e pelo cumprimento das normas disciplinadoras, impedindo maus tratos e injúrias de qualquer ordem;

VI – a arena das competições e bretes devem ser cercados com material resistente, altura mínima de dois metros e com piso de areia ou outro material acolchoador, próprio para o amortecimento do impacto de eventual queda do peão de boiadeiro, do competidor ou do animal;

VII – a alimentação e água potável para os animais, seguindo a orientação do médico veterinário habilitado, durante toda sua permanência no local, inclusive após o evento;

VIII – a remoção de todos os animais após a realização das provas, sendo vedada a permanência nos currais que antecedem os bretes das provas;

IX – o manejo e condução adequados dos animais, sob responsabilidade do médico veterinário, sendo vedado para essa finalidade o uso de choques, ferrões, madeira ou outro instrumento que cause ferimentos nos animais;

X – iluminação adequada em todos os locais utilizados pelos animais, conforme orientação do médico veterinário.

§ 1º. Nas provas com a utilização de touros deverá haver a atuação de, no mínimo, um laçador de pista.

§ 2º. Nas montarias em cavalos, nos diversos estilos, deverá haver a participação de, no mínimo, dois madrinheiros, para maior segurança do atleta participante, bem como do animal.

Art. 5º. Os apetrechos técnicos utilizados nas montarias, bem como as características do arreamento, não poderão causar ferimentos nos animais e devem



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



obedecer às normas estabelecidas pela entidade representativa do rodeio, seguindo as regras internacionalmente aceitas.

§ 1º. Será permitido apenas o uso de sedém (cinta) de lã, sendo vedada a utilização de outro material, ainda que encapado, devendo as cintas, cilhas e as barrigueiras ser confeccionadas em lã natural com dimensões adequadas para garantir o conforto dos animais.

§ 2º. As esporas utilizadas terão a supervisão do médico veterinário e dos fiscais de bretes, ficando expressamente proibido o uso de esporas com rosetas pontiagudas ou qualquer outro instrumento que cause ferimentos nos animais.

§ 3º. A entidade promotora do rodeio deverá respeitar todas as normas estaduais e federais no que tange ao cuidado, transporte e o trato com os animais.

Art. 6º. A entidade promotora deverá comunicar a realização do evento à Prefeitura, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de qualquer dos eventos definidos nesta lei, apenas para fins de informação.

§1º - Eventos dispostos nesta lei estão dispensados de obtenção de alvará municipal para a realização.

§2º - Deverá a fiscalização de posturas do município verificar no início do evento se há AVCB (auto de vistoria do corpo de bombeiros), se estão sendo cumpridas as disposições desta lei e da legislação federal, estadual, bem como as normas das associações e federações de rodeios.

§3º - A comunicação sobre a realização do evento do caput deste artigo é apenas para fins de informação, mas não para obtenção de autorização ou controle.

Art. 7º. Além das providências e requisitos estabelecidos nesta lei, deverá a entidade promotora do evento cumprir as disposições da Lei Federal nº 10.220, de 11 de abril de 2001, especialmente:

I – somente permitir a atuação de peão regularmente contratado, com a respectiva relação a ser arquivada para a eventual fiscalização;

II – no caso da celebração de contrato com maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 21 (vinte e um) anos, deverá haver o expresso assentimento de seu responsável legal;

III - após dezoito anos completos de idade, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal, o contrato poderá ser celebrado diretamente pelas partes mediante suprimento judicial do assentimento.

IV – a contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais em favor dos peões, laçadores, salva-vidas, madrinheiros, juízes, locutores e porteiros que atuem na arena com um valor mínimo previsto na legislação federal pertinente, devendo a apólice prever a indenização para os casos de invalidez permanente ou morte decorrente de eventuais acidentes no interstício de sua jornada normal de trabalho.

Art. 8º. No caso de infração do disposto nesta Lei, sem prejuízo da pena de multa de até 500 (quinhentas) UFM (Unidades Fiscais do Município) e de outras



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



penalidades previstas em legislações específicas, a Prefeitura poderá aplicar as seguintes sanções:

- I – advertência por escrito;
- II – suspensão temporária do rodeio; e
- III – suspensão definitiva do rodeio.

Art. 9º. A entidade promotora do rodeio é obrigada a destinar 5% (cinco por cento) da arrecadação líquida com venda de ingressos do evento para projetos sociais do município, cujas entidades estão cadastradas na Prefeitura Municipal.

§1º - Caberá à entidade promotora do rodeio escolher dentre as entidades ativas no município ao menos 03(tres) projetos sociais para destinar os recursos.

§2º - Considerar-se-ão ativas as entidades que receberam incentivos ou recursos municipais.

Art. 10. Para fins de incentivo à cultura do Rodeio a Prefeitura Municipal poderá ceder o uso de espaços públicos para a realização dos eventos dispostos nesta lei.

Art. 11. Fica revogada qualquer disposição em contrário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 22 de agosto de 2023.

Benedito Raimundo Ribeiro (Dito Pistola)
Vereador



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,

Este projeto de lei visa regulamentar realização de rodeios de animais e provas equestres no âmbito do Município de Santa Rita do Sapucaí/MG.

Inexiste, a nível mundial, qualquer pesquisa científica que conclua que o rodeio maltrata animais. Além de representar o resgate da cultura do tropeirismo e do rodeio – tão caros à tradição da nossa cidade – e proporcionar importante fonte de geração de riqueza e emprego para Santa Rita do Sapucaí/MG, está totalmente alinhada com a proteção e a garantia do bem estar animal. Nesse sentido, destaca-se a obrigatoriedade de médico veterinário devidamente credenciado ao longo de todo o rodeio, acompanhando e garantindo o bem-estar dos animais na chegada, durante e após o evento. Ademais, os equipamentos usados pelos peões – como as esporas – devem estar de acordo com as normas internacionais e não podem causar danos aos animais, recaindo sobre os organizadores do evento a fiscalização e eventuais punições em caso de descumprimento.

Por fim, este projeto de lei determina que as entidade promotoras do rodeio deverão destinar 5% (cinco por cento) da arrecadação líquida com a venda de ingressos do evento para projetos sociais do município. Assim, serão garantidos recursos importantes para essas instituições prestarem seus serviços sociais no município de Santa Rita do Sapucaí/MG.

Por isso, peço o apoio dos colegas vereadores para a aprovação deste projeto de lei.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 22 de agosto de 2023.


Benedito Raimundo Ribeiro (Dito Pistola)
Vereador